

Ação Popular em Santa Catarina: uma história entre afetividades e militâncias

Sérgio Luis Schlatter Jr.
sergiocdb@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo: O artigo em questão busca discutir a atuação de alguns militantes da Ação Popular em Santa Catarina, no período da ditadura civil militar brasileira. Através do uso de entrevistas busco discutir como se dá a atuação dos mesmos no decorrer de sua atuação na organização percebendo as relações afetivas vivenciadas durante a militância, nos diferentes ambientes e tarefas realizadas em nome da Ação Popular.

Palavras-chave: Ação Popular; Relações Pessoais; Santa Catarina.

Abstract: The article discusses the performance of some militants of the Popular Action in Santa Catarina, in the period of civil-military dictatorship in Brazil. Through the use of interviews we sought to discuss ways in which the performance of the same during its presence in the organization realizing the emotional relationships experienced during the militancy in different environments and tasks performed on behalf of the Popular Action.

Keywords: Popular Action. Personal Relationships. Santa Catarina

Popular Action in Santa Catarina: a history between affectivity and militancy.

A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver¹.

A Ação Popular (AP) foi uma das muitas organizações políticas que atuaram no período da Ditadura Civil Militar vivida pelo Brasil entre 1964-1985². Neste artigo analisaremos a atuação da Ação Popular em Santa Catarina, através de seus e suas militantes, observando de que maneira eles e elas constituem as memórias de suas relações afetivas. A

¹ “Início do Documento Base, apelidado de Dona Benta, texto que fundamentou a fundação da Ação Popular, escrito por Herbert José de Souza, em 1962”. Prefácio do livro de memórias de LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. Do autor, 2002. p. 16.

² Importante lembrar que há discordância nessa periodização. Alguns autores defendem que a Ditadura no Brasil teria terminado no início da década de 1980, aqui estamos compreendendo que o fim da Ditadura Civil Militar brasileira se dá em 1985, com a retomada do Estado pelo poder civil.



AP situa-se dentro da “Nova Esquerda”. Sobre a Nova Esquerda, concordamos com Daniel Aarão Reis:

(...) organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro - PCB - e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista³.

A Ação Popular⁴, que mais tarde (em 1971) tornou-se Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML)⁵, foi criada em 1962, seu documento base, data de fevereiro de 1963, quando ocorreu seu primeiro I Congresso Nacional, em Salvador⁶. Por mais que oficialmente fora criada em 1963, vamos considerar 1962, pois a articulação para a formação da AP acontece antes de 1963, segundo as informações encontradas⁷. Não irei me ater a fundo sobre a criação e trajetória política e teórica a Ação Popular neste artigo, contudo, é importante perceber que a AP nasceu dentro da Juventude Universitária Católica (JUC), que fazia parte da Ação Católica⁸, com adesão de segmentos de outras igrejas que tinham um trabalho mais progressista como os luteranos, por exemplo. Sua força foi muito grande, sobretudo, no movimento estudantil⁹.

Para compor este artigo, e também em virtude de um projeto de pesquisa¹⁰ mais amplo, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História, foi possível obter os contatos de três ex-militantes da AP. Importante perceber que os três entrevistados: Divo

³ REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. de. (orgs.) Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p. 15.

⁴ Sobre a criação e trajetória da AP Cf. RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 213-282.; ARANTES, A.; LIMA, H. História da Ação Popular, da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

⁵ REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. de. (orgs.) Op. Cit., p. 50.

⁶ As informações foram retiradas de REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. de. (orgs.) Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p. 47.

⁷ “Era um grupo novo, nascido da Juventude Universitária Católica em julho de 1962, num congresso que se realizou em Belo Horizonte.” LIMA, Samore. Zé. Belo Horizonte: Mazz, 1998. p. 24. “... a ala mais à esquerda da JUC criaria a Ação Popular (AP) em 1962...” RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 223. “... no início de 1962, realizou-se em São Paulo a primeira de uma série de três reuniões que fizeram parte do processo de fundação da AP” ARANTES, A.; LIMA, H. Op. Cit., p. 35.

⁸ A Ação Católica era composta por: Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) (composta por secundaristas), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Independente Católica (JIC). Todas elas forneciam quadros à Ação Popular.

⁹ Cf. SCHLATTER JR, Sergio L. Sujeitos e amores: relações pessoais e revolução. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul II. (no prelo)

¹⁰ Trata-se do projeto de pesquisa vinculada ao Projeto Conesul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990), coordenados pelas professoras Dra. Cristina Scheibe Wolff e Dra. Joana Maria Pedro. Orientação: Joana Maria Pedro.



Guisoni, Valmir Martins e Derlei Catarina de Luca tiveram ligação antes com a Ação Católica. Divo era seminarista e entrou em contato com a JUC e com a Juventude Operária Católica (JOC). Valmir militou antes na JOC. Derlei militou antes tanto na Juventude Estudantil Católica (JEC), como na JUC. Com isso quero mostrar como a ligação entre a Ação Católica e a Ação Popular era forte, lembrando que ambas atuavam de forma orgânica nos movimentos sociais. Essa questão, que também se chamaria de “dupla militância”¹¹ (na Ação Católica e na Ação Popular), já foi observada por Marcelo Ridenti no livro *História do Marxismo no Brasil*¹².

Antes de prosseguir apresento sucintamente de forma sucinta os três militantes que foram entrevistados para esta pesquisa, levando em consideração os cuidados da metodologia do trabalho com fontes orais na historiografia¹³. Nesse tema em especial, a fonte oral desempenha um papel fundamental, pois, nas organizações, de modo geral, não há documentações sobre determinadas questões (revoluções de costumes e todas as questões que eram consideradas pequeno-burguesas¹⁴), não só pela clandestinidade e pela repressão, mas também porque o debate não era evidente, quanto menos registrado.

Divo Guisoni, natural de Santa Catarina, foi seminarista no Paraná onde cursou Filosofia e entrou em contato com a JUC, JOC e a própria AP. Foi condenado a dois anos de prisão, mas não chegou a ser preso. Ficou no Brasil atuando, clandestino. Atuou no Paraná (em diferentes períodos), em Santa Catarina (1967 e 1968), no Rio Grande do Sul (pelo PC do B, em 1973 a 1979) e em São Paulo (de 1969 a 1973 pela AP e depois na década de 1980 para o PC do B). Militou na AP de 1966 até a sua extinção em 1972, quando ingressou no PCdoB, como grande parte dos militantes da AP¹⁵.

Derlei Catarina de Luca nasceu em Içara, Santa Catarina, em setembro de 1946. Atuou antes de 1966 na JEC, depois de 1966 começou a militar na JUC e mantinha contato com o Divo Guisoni. Militou na AP de 1967 a 1972, sendo que em Santa Catarina de 1967 a

¹¹ Termo usado também para as mulheres que atuavam ao mesmo tempo em grupos de esquerda de resistência à ditadura e nos grupos feministas.

¹² RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 223-224.

¹³ Vários são os autores e autoras que tratam do uso de história oral na construção do saber histórico Cf. POZZI, Pablo; GRACIA, Gerardo Necochea. *Cuentamé como fue: introducción a la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008. “O decorrer de uma pesquisa histórica que utilize como fonte a história oral deve cumprir com os passos básicos de qualquer pesquisa” (Tradução Livre) Cf. BARELA, Liliana; MIGUEZ, Mercedes; CONDE, Luis García (et. al.). *Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla*. Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2009. p. 42. Esses passos passam por eleição do tema, proposta de uma ou várias hipóteses de trabalho, busca e seleção de fontes, análise crítica e síntese Cf. Ibidem, p. 42-44.

¹⁴ Cf. SCHLATTER JR, Sergio L. Op. Cit., (no prelo).

¹⁵ Entrevista realizada em 12 de maio de 2010, ainda não transcrita. Foram transcritos apenas alguns trechos para utilização neste artigo, por isso, as citações não levaram o número de páginas. GUISONI, Divo. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2010. Acervo do LEGH/UFSC.



1968. Depois de 1968 a 1972 passou pelo Paraná trabalhando como operária e atuou em São Paulo em trabalhos internos da organização até sua prisão¹⁶.

Valmir Martins nasceu em 1943, natural de Florianópolis. Militou na JOC desde os 15 anos de idade. Foi dirigente estadual da JOC e chegou a disputar a direção regional que tinha sede em Porto Alegre. Em 1967, quando ingressou no curso de Odontologia na Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC) entrou para a Ação Popular, importante ressaltar que ele atuaria no movimento dos servidores¹⁷. Militou na AP até 1972. Na década de 1970 entrou para graduação em História na UFSC e fez o mestrado também na mesma instituição, logo depois entrando para o quadro docente de mesma universidade. Em 1969 atuou no Paraná, com o deslocamento para o campo que será tratado mais adiante neste artigo¹⁸.

Quando nos propomos a analisar e discutir a Ação Popular em Santa Catarina, devemos atentar para algumas questões. Não é meu objetivo aqui descrever minuciosamente como a AP se organizava em Santa Catarina, mas sim, observar como eram suas militâncias, a fim de perceber, sobretudo, as relações de afetividades em que estavam inseridos esses e essas militantes e de que forma a organização em questão discutia, ou não, essas questões, fazendo o uso das memórias. É importante perceber que a ligação entre os militantes trabalhados no artigo será: em algum momento de sua militância eles e elas estiveram atuando em Santa Catarina. Precisamos considerar que a Ação Popular, por mais que atuasse em módulos e comandos regionais era uma organização de dimensão nacional, e ainda, que nesse período de Ditadura Civil Militar, principalmente em contexto de clandestinidade (após o decreto do AI-5¹⁹), não havia “destino fixo”.

¹⁶ No caso de Derlei, utilizar-se-á duas entrevistas e seu livro de memórias. Uma das entrevistas foi feita em 2008, e a preocupação não era a Ação Popular, mas sim, o movimento estudantil e a militância dela em geral: LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2008. Acervo do LEGH/UFSC. Outra entrevista que será utilizada, se é que pode ser chamada dessa forma, foi um questionário, o mesmo que foi utilizado como roteiro de entrevista para Divo Guisoni e Valmir Martins, enviado por e-mail, recebida no dia 20 de abril de 2010. LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2010. Acervo Pessoal. E ainda utilizaremos seu livro de memórias LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

¹⁷ “A AP determinou que eu não militasse no movimento estudantil, só ficasse militando no movimento de servidores...” MARTINS, Valmir. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior et ali. Florianópolis, 2010. Acervo do LEGH/UFSC. Mesmo assim ele participava dos congressos da UNE (União Nacional dos Estudantes). Valmir era servidor público no Estado.

¹⁸ Entrevista coletiva realizada no dia 21 de maio de 2010. Essa entrevista foi realizada no LEGH sendo que participaram dela várias pesquisadoras e vários pesquisadores do mesmo laboratório. Entrevista ainda não transcrita. MARTINS, Valmir. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior et ali. Florianópolis, 2010. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁹ Ato Institucional n. 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, acabava, dentre outras coisas, com o *habeas corpus* em caso de crimes políticos. “Artigo n. 10 – Fica suspensa a garantia de ‘habeas corpus’, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional e a economia popular”. LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 29.



Os militantes, como vamos perceber, estavam em constante deslocamento, dentre outros motivos, por uma questão de segurança, para não serem presos pelos órgãos repressores, ou seja, pelo governo ditatorial. Exemplo disso é o caso de Derlei, que no mesmo dia do decreto do AI-5 (13 de dezembro de 1968), mais precisamente no momento em que ela e outros companheiros de militância escutam o anúncio do decreto na rádio no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSC no centro de Florianópolis, é deslocada para o Paraná, pois estava se destacando como liderança nacional do movimento estudantil, pela AP, e muito provavelmente seria perseguida pela repressão²⁰, Derlei tinha orientação desde o dia 7 de dezembro do mesmo ano de que deveria passar para a clandestinidade “se ocorresse o esperado endurecimento da ditadura”²¹. Inclusive, em um primeiro momento Derlei ficou na casa de Divo e de sua mulher, Raquel, também militante da AP, até encontrar emprego e se instalar²².

Os três militantes analisados nesse artigo militaram também no Paraná, por exemplo. Importante perceber que a Ação Popular se organizava por comandos regionais. O Comando Regional 2²³ correspondia a Santa Catarina e Paraná, como nos diz Divo Guisoni,

A organização de AP ela se dava pelo comando regional, era um comando que às vezes abarcava alguns, dois, três estados. Depende do acúmulo, das condições [...] Paraná e Santa Catarina em AP sempre foram integrados. Nunca teve uma direção estadual, um comando estadual de Santa Catarina que eu saiba [...] ²⁴

Evidente que para além do Comando Regional que possuía o papel de direção havia núcleos locais para organicidade da atuação coordenada e estudo. Valmir Martins nos conta sobre a organização do núcleo que fez parte, em Florianópolis, e quando questionado sobre o modo como a AP se organizava, nos responde:

Era em núcleos. Nós tínhamos um único núcleo em Florianópolis, e tinha, e a gente não tinha controle sobre o que acontecia no resto do estado, porque era uma organização que primava pela segurança, todos usávamos nomes falsos, todos nós tínhamos nomes falsos ²⁵.

Valmir nos informa ainda, que eram aproximadamente dez os militantes que compunham o núcleo de Florianópolis, e que Derlei Catarina de Luca era a única mulher ²⁶.

²⁰ MARTINS, Valmir. Entrevista citada; LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 27-31.

²¹ LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 30.

²² GUISONI, Divo. Entrevista citada.

²³ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 4.

²⁴ GUISONI, Divo. Entrevista citada.

²⁵ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

²⁶ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.



Sobre o número de militantes da Ação Popular Derlei nos traz outros números, quando perguntada sobre os quadros de militantes:

Em Santa Catarina não sei precisar quantos, na região Carbonífera [Criciúma, Içara...] eram 22 militantes, em Itajaí uns 10, em Florianópolis tinha 5 mulheres que me lembro, Rose Beck, Jane, Rosemare, Ane, eu, e homens não sei quantos acho que mais de 10, Paulo Alves, Luis Alves, Etny Lorenzi, Valmir Martins, Caveira, Roberto Cascaes, Rômulo Coutinho, João, Milton, Joaozinho Soccas, Marcílio Krieger²⁷.

Percebam aqui que há dissonância sobre a lembrança do número de militantes existentes na Ação Popular. Interessante perceber que na narrativa de Valmir, Derlei seria a única mulher, enquanto na memória de Derlei ela não era a única a atuar na AP em Santa Catarina.

Através das entrevistas podemos observar que houve atuação da Ação Popular em várias cidades catarinenses: Blumenau, Criciúma, Chapecó, Içara, Itajaí e Joinville²⁸. As atuações e campanhas empreendidas eram variadas: alfabetização de adultos (questão interessante, já que o principal veículo de idéias da AP era manifesto e o jornal “Libertação”)²⁹, formação de cooperativas e sindicatos, reabertura de centros acadêmicos fechados pela repressão, denúncia da ditadura, campanhas de voto nulo, contra o acordo MEC USAID, dentre outras³⁰.

Uma questão levantada por Valmir é que Florianópolis tinha uma característica particular, que reforçava de certo modo, essa aproximação/ligação entre Paraná e Santa Catarina. Florianópolis era uma cidade muito pequena na época, o que fazia com que todas as pessoas se conhecessem, incluindo os policiais³¹. Argumenta que,

Tanto é que em 65 quando a turma do PC foi presa, na operação Barriga Verde para onde que a turma foi levada? Foram tudo para Curitiba, foram torturados lá [...] Era insuportável para os policiais terem que fazer as torturas que estavam sendo requeridas, eram conhecidos, famílias conhecidas [...] Todos conheciam [...] tu não dava um passo sem ser

²⁷ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 2.

²⁸ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 2-3.

²⁹ O jornal da Ação Popular até 1967 era intitulado de “Revolução”, após 1968 tornou-se “Libertação”, mudança feita pela reflexão teórica sobre o conceito de revolução que a AP defendia. Essa informação foi cedida por Derlei Catarina de Luca via e-mail.

³⁰ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 4.; LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 38. Para exemplificar um pouco, escolhi uma fala de Divo, contando sobre a atuação em Criciúma, “Eu ia para lá, eu ficava na casa dos camponeses, ajudava na roça, ficava alguns dias lá, e agente reunia aquele pessoal, mais pessoal de frente, as lideranças, discutia, debatia a intervenção do sindicato, a intervenção no campo a partir dos problemas deles e dava uma certa orientação de como eles deviam agir, para ir ampliando a influência, agora em condições difíceis” GUISONI, Divo. Entrevista citada.

³¹ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.



percebido, era difícil, tinha que se esconder para fazer reunião essa coisa toda, minha família lembra que o sábado à tarde (sic.), eu não podia ter amigos, sair visitando amigos, como se faz hoje, não, eu ficava em casa ouvindo música popular brasileira com as filhas, sábado a tarde era dia de ouvir música popular brasileira, ficar ouvindo música, porque não se podia sair visitar os amigos, no máximo a família ³².

Relata ainda, que as pessoas tinham medo deles (os militantes que tramavam contra a Ditadura), “o novo é sempre perigoso”, nos diz, visitar os amigos poderia comprometer a segurança dos companheiros e companheiras, no caso dos amigos que eram também militantes, e as pessoas que não eram militantes seriam alvos, vistos como aliados desses e dessas militantes ³³. Essa questão também será colocada por Derlei,

Os militantes participam em células separadas – a entrada de alguém era uma ampliação da célula. Se tivesse mais de 5 a célula se dividia, porque as pessoas não deviam se conhecer, por um problema de segurança. Coisa impossível de acontecer no movimento estudantil e principalmente em Florianópolis que era uma cidade muito pequena ³⁴.

Interessante perceber que quando um novo militante entrava na Ação Popular o termo utilizado era ampliado. Derlei nos conta como foi a sua ampliação. Em 1967 foi convidada para uma reunião em Curitiba; “[...] a reunião era da JUC, mas estava presente metade da diretoria da UNE, e eram todos militantes da AP”³⁵. Nesse episódio, Derlei conta que foi “ampliada”. Chamo atenção para este termo, “ampliados”, no sentido de que só o movimento estudantil parecia ser pouca área de atuação para a AP. Para realmente alcançar a revolução, o/a militante precisa ampliar seus horizontes, tornar ampla sua militância política. Por mais que o sentido fosse “ampliar a célula” a análise do termo se faz necessária. No relatório da militância de Derlei, analisado em uma reunião em Curitiba, antes de ser deslocada para o movimento operário na mesma cidade, continha a seguinte informação “Era uma ampliação de responsabilidade de Divo Ghizoni” ³⁶, isso nos evidencia que esse termo era usual não só na fala, mas também nos documentos internos da AP. Chamo atenção ainda para a parte “de responsabilidade de...”, ou seja, havia o acompanhamento nesse processo de ampliação, a questão da área próxima, o processo de angariar os militantes do movimento para dentro das organizações/partidos.

³² MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

³³ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

³⁴ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 1.

³⁵ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista citada.

³⁶ LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 39.



Os deslocamentos de militantes eram constantes, por várias razões. Uma delas era a necessidade, uma vez que os militantes eram enviados para onde havia algum interesse da organização, em termos de atuação e mobilização. Valmir, por exemplo, quando foi deslocado para o campo no Paraná, em 1969, tinha objetivos claros, ele e o grupo que o acompanhou. Relata que,

[...] no final de 69 eu [...] fui deslocado, fui para Curitiba e de Curitiba fui deslocado para o interior do Paraná era a região de Castro, Wenceslau, Presidente Wenceslau, por ali, e nós íamos para lá [...] Eu um grupo que foi constituído pela AP, tinha eu de Santa Catarina, tinha família e tudo, era um grupo, um núcleo familiar e tudo, marido, mulher, filho. Nós íamos ali, nossa tarefa principal era levantar as condições propícias, para ver se havia ali condição de se constituir uma zona de libertação nacional, local onde o Estado não tocava [...] E para conhecer a região a gente tinha que trabalhar como agricultor, e conhecer os agricultores, aquela coisa toda e tinha que circular também na região, então, tinha que cumprir diferentes tarefas, eu comecei circulando na região, trabalhei como mascate [... Vendia] Botão, agulha, essas coisas assim e bisbilhotava tudo [...] agente não tinha recursos financeiros tinha que auto sustentar...³⁷

Conta-nos que em uma segunda etapa foi trabalhar de agricultor em uma plantação de milho, em pleno mês de janeiro. Um dia, relata ainda, ele e mais alguns companheiros estavam em um boteco e um homem viu a mão dele, e obviamente, questionou-o sobre trabalhar de bóia-fria com uma mão daquelas, sem calos e outras evidências de pessoas que trabalham no campo. Valmir inventou uma história de que morava antes na cidade e tinha um trabalho que não exigia grande esforço físico, mesmo assim chegando a casa conversou com os outros militantes, avaliaram que sua segurança estava em risco, e que o local não tinha condições materiais de ser cenário de guerrilha urbana, afim de instaurar uma zona de libertação nacional. Avaliado isso, escreveram uma carta para a Direção Nacional, em São Paulo, relatando suas observações³⁸.

Depois disso Valmir foi para São Paulo, onde seria deslocado novamente, agora para atuar como operário no triângulo mineiro, mas devido à sua discordância com a determinação da AP e retorna à Florianópolis. Logo depois disso Divo vem conversar com ele em nome da direção da AP, Valmir continua militando na AP, até 1972³⁹.

Divo e sua mulher, Raquel, também seriam deslocados para o campo em 1969. Outro motivo dos freqüentes deslocamentos era o processo de “proletarização dos militantes”, ou

³⁷ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

³⁸ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

³⁹ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.



seja, a AP que nascerá como pequena burguesa, seu quadro de militantes era, pelo menos em um primeiro momento, majoritariamente advindo da classe média, ou seja, da burguesia. Deslocar militantes para o campo e para as fábricas era um modo de se proletarizar, nas palavras de Valmir, se livrar do “pecado original”, quase que um processo de purificação. “Era preciso deslocar os quadros pequenos burgueses [...] era preciso ser deslocado e nos integrarmos na produção”⁴⁰. Valmir relata que

A Ação Popular defendia [...] uma tese de que a revolução vinha do campo, que a força principal da revolução era o campesinato, o campesinato era a força principal da revolução, ela sustentaria a revolução, e a força dirigente era a classe operária, então era preciso ir gente para o campo, para ganhar o campo para a revolução, era preciso ganhar a massa dos camponeses, e para a fábrica para virar operário, purificar e ganhar operário para construir quadros dirigentes da revolução, e era bem isso mesmo, o pensamento era esse, o modelo chinês de revolução, a China era o nosso espelho, nós e o PC do B principalmente, tínhamos os olhos voltados para a experiência chinesa de revolução com o Mao Tse Tung, o livrinho vermelho do Mao era o nosso livrinho de cabeceira⁴¹.

A renúncia à condição pequeno burguesa se colocava no cotidiano, as dificuldades financeiras eram grande, alguns até recebiam ajuda da família, mas a “experiência” de viver a vida de operário no chão de fábrica ou de ter a mão calejada pelo cabo da enxada era um compromisso pessoal e político. Nesse processo de integração na produção observamos uma prática muito interessante:

Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. [...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros e militantes, separando noivos, namorados, casais. - *A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual*, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais⁴².

A separação de casais vinha banhada de dor e sofrimento,

Em janeiro de 69 meu namorado, Roberto Maciel Cascaes, estava preso no Paraná. Quando fosse libertado, continuaria no movimento estudantil. Fui definida para o movimento operário e, a partir de então, não poderia mais encontrá-lo. [...] Essas separações afetivas, discutidas “politicamente”, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para

⁴⁰ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

⁴¹ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

⁴² LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 36-37.



contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung⁴³.

Nas poesias de Ho Chi Minh, que liam muito, segundo Derlei, ele dizia: “Se você é solteiro, não case nem namore. Se você é casado, não tenha filhos. Se você tiver filhos, tem que decidir o que é prioridade”⁴⁴. Importante lembrar, e a própria Derlei nos conta isso, que além de militantes eles e elas também eram jovens de vinte anos, que não queriam se privar de namorar⁴⁵. Divo nos fala que acreditava que as filhas (ele teve duas filhas, uma nascida em 1969 e outra em 1973) ajudavam na integração com o campo, mesmo admitindo que houvesse uma orientação de não ter filhos pela questão do perigo que isso representava⁴⁶.

Evidente de que essa separação não era nada fácil de superar, encontraremos nas memórias de Derlei trechos que retratam a dificuldade de superação da separação desses amores, não só do namorado, mas também da família. Já em São Paulo, designada para trabalhos internos da organização, gostava de passear pela cidade.

Na Aclimação, para minha alegria, tinha um lago. Deitava-me na grama, sozinha, e imaginava onde estava Roberto, onde estaria Pedro. O que estariam fazendo minha mãe e meus irmãos. Minha afetividade estava explodindo. A saudade batia e eu chorava sozinha. Se chorasse no “aparelho”, as companheiras prontamente fariam uma reunião para analisar minha debilidade ideológica⁴⁷.

No fazer historiográfico, essas questões, que na época eram vistas como pequeno burguesas não podem ser desprezadas. Afinal, “nossa visão sobre o passado não deve perder de vista que tais conflitos [os políticos] foram dinamizados por homens e mulheres que militaram entre amores e desamores”⁴⁸, ou ainda poderíamos dizer por vários amores, uns tendo que, em determinados momentos, se sobrepor a outros por uma exigência e compromisso maior, nesse caso específico, pelo amor a AP, pelo objetivo maior que era a revolução. Passado esse, que deixa suas marcas, como o próprio título do livro de memórias

⁴³ Ibidem, p. 37.

⁴⁴ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista citada.

⁴⁵ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista citada. Sobre amor e revolução nos grupos de esquerda, Cf. ANDÚJAR, Andrea. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70. Batallas, telenovelas y rock and roll. In: _____ (et al.). *De minifaldas, militancias y revoluciones* – exploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009, p. 149-170. Exploro melhor essa questão da separação de Derlei em SCHLATTER JR, Sergio L. Op. Cit., (no prelo).

⁴⁶ GUISONI, Divo. Entrevista citada.

⁴⁷ LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 69.

⁴⁸ ANDÚJAR, Andrea. De novelas, sexo e rock' and roll: as relações amorosas em dias de revolução. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 49.



da Derlei sintetiza, marcas que ficam não só nas memórias, que se fazem histórias nas mãos dos historiadores e das historiadoras, mas *no corpo e na alma*⁴⁹.

Valmir, quando saiu de Florianópolis era casado,

Eu era [casado], mas a minha mulher não era militante, ela nem sabia onde que eu estava, eu abandonei a família [...] eu tinha duas filhas, tanto é que depois, no começo dos anos 70 ela [sua mulher] resolveu montar um jardim de infância, porque “Se tu morre, como é que eu vou ficar?”, ai ela montou um jardim de infância⁵⁰.

Durante o período que ficou fora de Florianópolis Valmir não se comunicou com a sua mulher, nos diz que até poderia mandar cartas para ela, claro, com todos os cuidados possíveis, era enviada de outro estado, levada por alguém para postagem, para não haver a identificação do paradeiro dele, mas preferiu não enviar nenhuma carta⁵¹. Lembro aqui que os laços familiares também eram utilizados pelos órgãos repressores, essa atitude de Valmir estaria protegendo a sua família, de forma relativa, de não ser utilizada pela ditadura para obter informações sobre organizações e militantes, há relatos inclusive de torturas em crianças. Notem que Valmir não fala muito sobre isso, pelo contrário, passa batido, muito provavelmente se não fosse perguntado especificamente sobre isso (houve a preocupação de incluir no roteiro da entrevista a separação de casais, e ainda, fora perguntado diretamente se era casado na época) não falaria nada sobre o assunto.

Divo tem uma posição diferente na questão da separação de casais, praticamente começa a entrevista falando desse ponto,

Separação de casais: eu não concordo com isso. A AP não tinha a questão da separação de casais a AP tinha uma política que às vezes era insensível na questão dos casais, não é uma política de separar. Tinha uma gente que até defendia isso (sic.), como uma forma de teste ideológico, uma visão esquerdista que havia, mas a orientação era a orientação de integrar na produção e não é que os homens iam para o campo e as mulheres para as fábricas a prioridade e a orientação que a AP deu naquele período 68, 69 era de integração na produção, ou seja, acho que início de 68 que começou, integrar na produção, no movimento operário, nas fábricas, e no campo, nós, por exemplo, fomos para o campo, o casal, a Raquel e eu, e muitos casais⁵²

Pergunto a Divo se a mulher dele também militava, já que até onde tinha percebido, as mulheres não militantes acompanhavam seus maridos. Responde-me,

⁴⁹ LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit.

⁵⁰ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

⁵¹ MARTINS, Valmir. Entrevista citada.

⁵² GUISONI, Divo. Entrevista citada



Militava. Houve inclusive, quem defendeu que tem que separar para haver a firmeza, aquela visão esquerdista, maluca, havia, mas não era a que prevalecia na direção de AP [...] o caráter não era separar os casais, mas era orientar para a integração na produção[...]”⁵³

Chegamos a um conflito. Questionamos que tipo de conflito será este, um conflito de memórias, posição política, ou de experiências? Em um primeiro momento, analisando as entrevistas poderia dizer que Valmir e Derlei dariam importância à questão da separação de casais, pois passaram por essa experiência, logo isso os marcaria de uma forma que Divo não poderia saber. Levemos em consideração que Divo e Raquel não se separam por alguma determinação da AP, ou algo do gênero. Vale lembrar que Divo fazia parte da Direção da AP e segundo Derlei, “as mulheres dos dirigentes foram poupadas”⁵⁴. Essa teoria estaria confirmada se não fosse o fato de Valmir não aparentar dar muita importância ao assunto, quando perguntado sobre a separação de casais ele nos diz, “Olha, eu não tenho essa notícia...”⁵⁵.

Em um segundo momento eu poderia tecer uma análise de gênero, utilizando Elizabeth Jelin, no seu livro sobre memória, tratando do contexto que estamos trabalhando, ou seja, contexto de Ditadura Civil Militar, quando ela nos diz que “A repressão das ditaduras no Cone Sul tiveram especificidades de gênero”⁵⁶ e que “As vozes das mulheres contam histórias diferentes dos homens [...]”⁵⁷. O que estou querendo dizer é que nesse contexto em que estamos trabalhando caminhamos entre sujeitos e amores, entre a luta pela revolução, a resistência a ditadura e as relações pessoais. Não só a ditadura do Estado, a qual o inimigo era mais ou menos claro, as forças armadas que tomaram o governo e seus aliados, mas também, a da sociedade como um todo, as ditaduras do cotidiano, dos próprios companheiros e companheiras de militância, que condenavam as atitudes pequeno burguesas uns dos outros, tendo que evitar mesmo transparecer a dor, não chorando no “aparelho” para não ser alvo das impressões das companheiras, por exemplo. Não esquecendo as orientações de Ho Chi Minh de trocar os velhos hábitos burgueses por novos costumes revolucionários.

⁵³ GUISONI, Divo. Entrevista citada

⁵⁴ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail citada. p. 3.

⁵⁵ MARTINS, Valmir. Entrevista citada

⁵⁶ JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In: _____. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XX, 2002. p. 100. (Tradução livre)

⁵⁷ *Ibidem*, p. 111. (Tradução livre)



Pensando que “Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias”⁵⁸ sou propenso a concluir que as diferenças experienciais, somadas as diferenças de gênero⁵⁹ levaram a esta dissonância de recordações, resultando em diferentes memórias de uma mesma questão. Poderíamos nos perguntar se diante da entrevista, Valmir não está agindo de forma performática. No atuar do “macho” que não sente saudades, que não sente a dor da separação, ou então, sente, porém, cala, pois, aprendemos que “homem não chora” e demonstrar os sentimentos não está no *hall* de caracterizações da masculinidade⁶⁰.

Caminhar pelas narrativas e memórias desses e dessas militantes é uma oportunidade ímpar para perceber questões da vida pessoal, dos constrangimentos vividos e exigências a cumprir, que não seriam alcançadas de outra forma. Temas como esses são geralmente esquecidos, propositadamente ou não, pela historiografia brasileira e regional. Devemos perceber que a escrita de história se faz muitas vezes na luta da memória contra a memória, ou ainda, contra o esquecimento⁶¹. Trabalhar com o campo do subjetivo nos faz perceber que “a vida pessoal de cada um é politicamente estruturada com lutas viscerais de poder”⁶².

Outras perspectivas possíveis para uma nova síntese sobre temas já muito trabalhados, nessa oportunidade que nos colocamos. Sobre a Ação Popular já se encontra muita coisa publicada, principalmente na internet, em alguns temas há inclusive um consenso no ar, em minha opinião consensos precipitados.

⁵⁸ ALMEIDA, Maria H. T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 327.

⁵⁹ Trabalhamos aqui a idéia de que as identidades são “performativamente constituídas”, utilizando um termo de Judith Butler. Cf. BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vale ressaltar que a diferença experiencial a qual estou me referindo se funda na formação da identidade de gênero que passa pela construção cultural e não na determinação biológica do sexo. Cf. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas, v.8, n.2. Florianópolis, 2000. p.9-41. Sobre a utilização da categoria gênero como análise para pesquisa histórica Cf. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História, n. 2, p.35-44, 1994; PEDRO, Joana Maria Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, n.1, 2005. p.77-98.

⁶⁰ Enquanto representação, ou seja, construção cultural e sociar do que é “ser homem”. Sobre masculinidade Cf. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Ed. Catavento, 2003.

⁶¹ “O espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes esta luta é concebida nos termos da luta ‘contra o esquecimento’: *recordar para não repetir* [...] Na verdade ‘memória contra memória’”. Tradução livre (grifo da autora). JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XX, 2002, p. 6.

⁶² FARRELL, Amy Erdman. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. São Paulo: Ed. Barracuda, 2004. p. 37-38. APUD: PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-1. Recife: Ed. Universitaria da UFPE, 2009, p.68.



Entende-se que pesquisas desse perfil podem contribuir para uma nova síntese sobre o conhecimento da experiência da esquerda brasileira. Isso porque, a despeito de suas formulações mais gerais, a práxis de cada organização constituiu-se a partir de sua inserção concreta em dadas realidades. A aferição dos contornos dessas experiências só pode ser realizada por meio de um exercício de singularização. Essa é uma condição para que o conhecimento sobre o conjunto da experiência possa ser enriquecido e entendido - em analogia com as questões metodológicas desenvolvidas por Marx em *O método da economia política** - como unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações⁶³.

Meu objetivo neste breve artigo foi lançar novos olhares sobre a história da Ação Popular em Santa Catarina, de forma que não sugiro uma síntese fechada, pelo contrário, pretendi contribuir, com uma perspectiva peculiar sobre essa organização e a forma como atuou, através de vários militantes, em Santa Catarina. Para isso fiz uso das memórias, percebendo de que maneira as questões são lembradas, ou não. Lembranças e esquecimentos repletos de significados e revelações sobre nosso passado recente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Nordeste: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Ed. Catavento, 2003.

ALMEIDA, Maria H. T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409.

ANDÚJAR, Andrea. De novelas, sexo e rock' and roll: as relações amorosas em dias de revolução. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 31-51.

ANDÚJAR, Andrea. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70. Batallas, telenovelas y rock and roll. In: _____ (et al.). De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009, p. 149-170

⁶³ DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. *Revista de história regional*. Vol. 4, n.2, Ponta Grossa: Ed. da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999. p. 63.

* *Nota utilizado pelo autor*: MARX, Karl. “O método da economia política” In FERNANDES, F. (org.). *Marx & Engels: história*. São Paulo, Ática, 1983. Ao debater questões relacionadas à produção do conhecimento, Marx toma como exemplo o conceito de população. Segundo sua análise, população é um conceito abstrato, se não forem consideradas as classes que a compõem e os elementos sobre os quais estas repousam. O conhecimento concreto supõe, nesse sentido, um exercício de decomposição e recomposição dessa realidade, visto que, quando se faz a viagem de modo inverso, chega-se novamente ao conceito de população, mas “como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. Enfim, “o concreto é concreto, porque é concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. p. 410.



ARANTES, A.; LIMA, H. História da Ação Popular, da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

BARELA, Liliana; MIGUEZ, Mercedes; CONDE, Luis García (et. al.). Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla. Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2009.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. Revista de história regional. Vol. 4, n.2, Ponta Grossa: Ed. da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999. p. 61-91.

FARRELL, Amy Erdman. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. São Paulo: Ed. Barracuda, 2004.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XX, 2002.

LIMA, Samore. Zé. Belo Horizonte: Mazz, 1998.

LUCA, Derlei Catarina de. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. Do autor, 2002.

MARX, Karl. "O método da economia política" In FERNANDES, F. (org.). Marx & Engels: história. São Paulo, Ática, 1983.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas, v.8, n.2. Florianópolis, 2000. p.9-41.

PEDRO, Joana Maria Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, n.1, 2005. p.77-98.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-1. Recife: Ed. Universitaria da UFPE, 2009. p. 59-82.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História, n. 2, p.35-44, 1994.

POZZI, Pablo; GRACIA, Gerardo Necochea. Cuéntame cómo fue: introducción a la historia oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. de. (orgs.) Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 213-282.



SCHLATTER JR, Sergio L. Sujeitos e amores: relações pessoais e revolução. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul II. (no prelo).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

Entrevistas

GUISONI, Divo. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2010. Acervo do LEGH/UFSC.

LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2008. Acervo do LEGH/UFSC.

LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista realizada por e-mail a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2010. Acervo Pessoal.

MARTINS, Valmir. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior et ali. Florianópolis, 2010. Acervo do LEGH/UFSC.

*** Recebido em 06 de junho de 2010. Aceito para publicação em 29 de junho de 2012.**

